

Consulta Pública 95 de 13/07/2020

Contribuição ao Plano Nacional de Energia 2050

WWF-Brasil

Dada a importância do Plano Nacional de Energia 2050 - PNE 2050 como direcionador de políticas públicas de longo prazo para o setor de energia, é com satisfação que observamos que ele traga à discussão importantes elementos para o planejamento da expansão do suprimento de energia à luz das necessidades presentes e futuras. Questões como a necessidade de descarbonização do setor para o combate às mudanças climáticas e a descentralização dos sistemas são fundamentais para garantir que o setor se desenvolva de forma competitiva e justa.

Com isso em vista, entendemos que o PNE 2050 deve explorar de forma mais enfática como as questões transversais levantadas impactam a oferta e consumo de energia, notadamente os processos e alternativas que permitiriam a descarbonização da matriz energética e a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade nos diversos biomas brasileiros. Por outro lado, o PNE 2050 não evidencia a necessidade dessa ruptura ao trazer discussões sobre a utilização do petróleo, do carvão mineral e de hidrelétricas que desconsideram os fatores acima. A seguir são expostas sugestões para endereçamento dessas questões.

Descarbonização da matriz energética

As mudanças climáticas impõem a necessidade de descarbonização da economia nas próximas décadas. Seria interessante no capítulo alusivo a esta transversalidade que houvesse a assunção de metas vinculadas aos acordos internacionais com os quais o Brasil se comprometeu. Não bastam diretrizes, mas é fundamental aliar o Plano Nacional de Energia a esses compromissos.

Nesse contexto, é importante propor e analisar alternativas para a redução da utilização do petróleo e seus derivados, notadamente nos transportes, assim como do fim da geração de eletricidade a partir do carvão mineral, altamente emissor e poluente. O PNE, ao indicar a necessidade de investimentos na exploração de novos campos petrolíferos ignora a perspectiva dos custos das emissões se tornarem cada vez mais elevados, levando esses investimentos a se tornarem *stranded assets*. Para evitar isso é importante analisar alternativas para o fim da exploração de novos campos petrolíferos, notadamente em fronteiras exploratórias, onde a relação risco/retorno é desfavorável e a produção, via de regra, leva vários anos para ser efetivamente iniciada.

Outro ponto a ser explorado detidamente é o papel do gás natural na transição energética. Entendemos que ele deve ser visto não como uma solução definitiva, mas como uma alternativa que viabiliza o escalamento das outras fontes renováveis nas próximas duas décadas. Nesse sentido, seria oportuno explorar o impacto que a adoção de termelétricas a gás de ciclo combinado operando na base ofereceriam à estabilidade, custo e segurança do sistema elétrico, explorando alternativas para o uso das termelétricas por disponibilidade. Nesse sentido, o WWF-Brasil fez análise estimando que a substituição paulatina de termelétricas despachadas intempestivamente por sistemas fotovoltaicos permitiria uma economia de R\$ 150 bilhões em 20 anos (WWF-Brasil, 2015). Para além do ganho econômico, que já seria bastante considerável, um planejamento assim traria mais segurança para o setor energético brasileiro, ao descentralizar a geração hoje ainda extremamente concentrada. E isso também contribuiria com a eficiência energética na transmissão com a melhora no desempenho do sistema nos horários de pico vespertinos.

Se por um lado são avaliados os cenários que levariam à descarbonização do setor elétrico, a substituição de combustíveis fósseis no transporte é pouco explorada no PNE, apesar deste ser o principal desafio para a descarbonização da matriz energética. Os impactos oferecidos pela maior participação dos biocombustíveis, da eletrificação dos transportes e de outros combustíveis verdes, notadamente o hidrogênio, são aspectos essenciais para balizar a discussão pela descarbonização da matriz.

Proteção dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade

Soma-se ao processo de descarbonização do setor a necessidade de utilizar as alternativas renováveis para contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODSs. Nesse processo, destacamos a importância da proteção dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade presentes nos diversos biomas brasileiros. Esses fatores não devem ser considerados apenas como entraves, mas como objetivos na expansão da oferta de energia. Análises realizadas na região do Pantanal mostram que a energia advinda das PCHs inventariadas pode ser suprida por outras fontes renováveis com um melhor balanço socioambiental a médio e longo prazo (WWF, 2020). Este estudo mostra que diversificar a matriz e apostar em geração mais próxima ao consumo traz benefícios socioambientais regionais e locais, sem comprometer a segurança do Sistema Interligado Nacional.

Isso é tão importante quanto avaliar em que medida o país pode produzir biocombustíveis de forma sustentável e competitiva. Se por um lado a contribuição para a redução das emissões pode chegar a 281 milhões de toneladas de CO₂ ao ano em 2030 por meio da produção sustentável de 79 bilhões de litros de etanol e 57 bilhões de litros de biodiesel, além de outros combustíveis (WWF-Brasil), a ampliação demasiada da produção pode estimular o desmatamento (direto e indireto), a alta de preços de alimentos e até a sua escassez.

Referências:

WWF-Brasil, 2015. Mecanismos de suporte para inserção da energia solar fotovoltaica na matriz elétrica brasileira: modelos e sugestão para uma transição acelerada. Brasília, 2015. Disponível em

https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/mecanismos_de_suporte_para_insercao_da_energia_solar_1.pdf

WWF-Brasil, 2020. Alternativas energéticas renováveis na Bacia do Alto Paraguai (BAP). Brasília, 2020. Disponível em

https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/relatorio_avaliacao_energia_bacia_alto_paraguai_final_pdf.pdf

WWF-Brasil. Biocombustíveis no Brasil: oportunidades e desafios para uma oferta sustentável. Brasília (no prelo).